

<https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v15i1.6204.pe6204.2026>



ARTIGOS

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA: PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA FEDERAL

FINANCIAL PLANNING FOR RETIREMENT: PERCEPTIONS OF TEACHERS AT A FEDERAL PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTION

RESUMO

A educação financeira e previdenciária contribui para a gestão das finanças pessoais, com destaque para o planejamento da aposentadoria, influenciado por fatores como idade, renda e conhecimento. O aumento da longevidade, a incidência de doenças e a redução das contribuições intensificam a pressão sobre o governo no custeio de aposentadorias. Este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal sobre o planejamento financeiro para a aposentadoria, considerando perfil, motivações, barreiras e nível de conhecimento. A pesquisa, de caráter descritivo e quantitativo, foi realizada com base em um questionário enviado a 895 docentes, obtendo 219 respostas. Os resultados apontam predominância de professores permanentes, homens, entre 31 e 50 anos, casados e com filhos. Verificou-se conhecimento mediano sobre previdência e que mais de 30% não possuem planejamento para aposentadoria. O estudo reforça a importância da educação financeira e contribui para ampliar a compreensão sobre o planejamento previdenciário no contexto do serviço público federal.

Palavras-chave: educação financeira; educação previdenciária; previdência social.

ABSTRACT

Financial and pension education contributes to the management of personal finances, particularly in retirement planning, which is influenced by factors such as age, income, and knowledge. Increasing longevity, the incidence of diseases, and the reduction in contributions intensify pressure on the government to finance pensions. This study aimed to identify the perception of faculty

Dâmaris Ketlyn de Sena Andrade Garcia
damarisgarciaufila@gmail.com
Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras - MG - BR.

Érica Suélen do Nascimento
ericnascimento@ufla.br
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora da UFLA. Lavras - MG - BR.

Lília Paula Andrade
lilia.andrade@ufla.br
Doutora e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras.

Rômula Keli Marino
romulamarino@gmail.com
Doutoranda em Administração, com foco em Mercado e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Lavras. Lavras - MG - BR.

members at a Federal Public Higher Education Institution regarding financial planning for retirement, considering profile, motivations, barriers, and level of knowledge. The research, descriptive and quantitative in nature, was conducted through a questionnaire sent to 895 faculty members, obtaining 219 responses. The results indicate a predominance of tenured male professors, aged between 31 and 50 years, married or in stable unions, and with children. A moderate level of pension knowledge was observed, and more than 30% reported not having retirement planning. The study reinforces the importance of financial education and contributes to broadening the understanding of retirement planning within the context of the Brazilian federal public service.

Keywords: financial education; pension education; social security.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um processo de aprendizagem voltado ao desenvolvimento de habilidades que auxiliam as pessoas na tomada de decisões e na gestão das finanças pessoais (Potrich; Vieira; Ceretta, 2013). Conforme Francisco e Ferreira (2019), a educação financeira previdenciária e o planejamento para a aposentadoria têm ganhado destaque em função de fatores que modificam o ciclo de vida. Embora o Brasil apresente avanços na renda e na qualidade de vida, assegurar a manutenção desse padrão após a aposentadoria ainda é um desafio, uma vez que todos estão expostos a riscos sociais ligados ao envelhecimento.

Mudanças recentes na previdência social postergaram a aposentadoria da geração atual (Silva; Papandrea; Moreira, 2024). Além disso, o envelhecimento populacional amplia os impactos sobre o sistema previdenciário, exigindo maior investimento público em aposentadorias e reforçando a necessidade de sustentabilidade (Almeida; Ribeiro, 2024). Nesse cenário, também cabe ao indivíduo

elaborar um planejamento financeiro, por meio de poupança e investimentos, a fim de garantir recursos suficientes para a fase pós-laboral (Roosj; Lusardi; Alessie, 2012). Esses autores destacam ainda que a educação financeira é um canal importante para a acumulação de riqueza, enquanto Almeida e Ribeiro (2024) ressaltam que a ausência de conhecimento, associada ao viés da ancoragem, influencia negativamente esse processo.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: qual a percepção dos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal sobre o planejamento financeiro para a aposentadoria? Considerou-se como percepção dos docentes a respeito do planejamento financeiro para aposentadoria questões como o nível de conhecimento sobre Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), planejamento financeiro, aderência a investimentos, sistema previdenciário, finanças pessoais e fontes de renda. O objetivo geral deste estudo é identificar a percepção dos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal acerca do planejamento financeiro para a aposentadoria. Como objetivos específicos, busca-se:

- a) evidenciar o perfil dos docentes que aderem ou não a planos de previdência complementar;
- b) destacar os fatores associados à decisão de aderência ou não a esses planos e;
- c) explicitar o nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos docentes em relação ao planejamento para a aposentadoria.

O foco recai sobre os docentes devido às mudanças recentes em seu regime previdenciário, como a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que introduziu novas regras para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), instituída pela Lei nº 12.618/2012 e modificada

pela Lei nº 13.183/2015, trazendo alterações relevantes para os benefícios previdenciários e ressaltando a importância do planejamento financeiro (INSS, 2025).

Este estudo contribui socialmente ao promover a educação financeira e previdenciária; gerencialmente, ao identificar lacunas no planejamento dos docentes, fornecendo subsídios para o aprimoramento de práticas institucionais; e, academicamente, ao ampliar a compreensão sobre o planejamento previdenciário no contexto do serviço público federal. Estudos como Silva, Papandrea e Moreira (2024), além de Potrich, Vieira e Ceretta (2013) e Pereira (2020), abordam o planejamento financeiro para a aposentadoria de jovens e discentes, evidenciando avanços na literatura sobre educação financeira em diferentes públicos. Contudo, ainda são limitadas as investigações empíricas direcionadas especificamente a docentes de Instituições Federais de Ensino Superior, especialmente no contexto das recentes transformações no regime previdenciário do setor público. Assim, o presente estudo busca preencher essa lacuna ao analisar a percepção desses profissionais, articulando dimensões individuais e comportamentais do planejamento financeiro para a aposentadoria em um cenário institucional em processo de reconfiguração.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A Previdência Social, prevista no art. 194 da Constituição Federal de 1988, constitui-se como ação de iniciativa do poder público e representa um dos três pilares da seguridade social, cujo financiamento é regulamentado pelo art. 195 da mesma Constituição (Brasil, 1988). Nesse contexto, a seguridade social tem como incumbência oferecer apoio básico aos cidadãos, especialmente no que se refere à aposentadoria (Pinheiro; Moura, 2024). De acordo com Dietrich e Braido (2016), a previdência social pode ser compreendida como um seguro social do trabalhador contribuinte,

cabendo à instituição assegurar condições de amparo nos casos de incapacidade física ou mental, encerramento das funções laborativas ou óbito.

Ainda que os cidadãos brasileiros estejam formalmente amparados pela previdência social, torna-se imprescindível o fortalecimento da educação previdenciária, sobretudo diante das recentes reformas tanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) (Brasil, 2019). Conforme destaca Lusardi e Mitchell (2011), com o tempo, os indivíduos terão de planejar, de forma mais autônoma, sua própria aposentadoria, o que reforça a relevância da educação financeira e do planejamento previdenciário. No Brasil, entretanto, observa-se que não há tradição consolidada de ensinar desde cedo práticas de poupança e investimento (Almeida; Ribeiro, 2024). Nesse sentido, a educação financeira desde a juventude configura-se como estratégia essencial, sobretudo porque as recentes reformas transferem aos cidadãos maior responsabilidade pelo próprio futuro previdenciário, ampliando o encargo das novas gerações.

Domingos (2012) define a educação financeira como uma ciência humana orientada para a promoção da autonomia, fundamentada em metodologia comportamental que busca estruturar um modelo mental capaz de fomentar sustentabilidade, hábitos saudáveis e equilíbrio entre o ser, o fazer e o ter, possibilitando escolhas conscientes voltadas à realização de projetos de vida. Tal processo ultrapassa o aprendizado restrito a cálculos matemáticos e conceitos de juros, exigindo também conhecimentos amplos de economia e planejamento, o que Lusardi e Mitchell (2007) caracterizam como sofisticação financeira.

A literatura destaca, ainda, que a educação financeira desempenha papel determinante tanto no planejamento financeiro quanto no previdenciário, uma vez que, contribui para maior segurança patrimonial e estabilidade durante a inatividade laboral (Farrar *et*

al., 2018). Nessa perspectiva, cidadãos financeiramente educados apresentam maior propensão à diversificação de investimentos e à construção de riqueza ao longo da vida (Rooij; Lusardi; Alessie, 2012).

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA

De acordo com Fan, Stebbins e Kim (2022, p. 2), “o comportamento de planejamento de aposentadoria é influenciado por muitos fatores, incluindo conhecimento financeiro, educação, renda, idade e, até mesmo, sofisticação financeira”. No Brasil, observa-se um processo de envelhecimento populacional e aumento da expectativa de vida, em que a população acima de 60 anos tornou-se alvo de intensa discussão, em virtude do déficit demográfico caracterizado por mais óbitos do que nascimentos (Silva; Papandrea; Moreira, 2024). Segundo dados do IBGE (2022), a população brasileira foi estimada em 203.080.756 habitantes, sendo 32.113.490 pessoas com mais de 60 anos. O índice de envelhecimento revela que, para cada pessoa de 14 anos ou menos, existem 0,80 idosos, ou seja, os cidadãos com 60 anos ou mais representam quase 80% da população jovem (40.129.261 habitantes) (IBGE, 2022).

Com o tempo, em razão da elevação da expectativa de vida, a pirâmide etária tende a se transformar em um triângulo invertido. Esse fenômeno gera pressão financeira sobre o governo, já que ocorre aumento nos gastos com bem-estar social e diminuição da base contributiva, o que contribui para o déficit do sistema previdenciário brasileiro (Pacheco Filho, 2008). Nesse contexto, as baixas taxas de mortalidade e fecundidade representam um desafio adicional, pois dificultam a provisão de rendimentos necessários para a sobrevivência dos idosos (Losada *et al.*, 2022). Para alcançar uma aposentadoria de qualidade, destacam-se a disponibilidade de recursos econômicos adequados, a manutenção da saúde física e mental e a preservação de vínculos

sociais sólidos, elementos que influenciam diretamente tanto o planejamento financeiro quanto a experiência da aposentadoria (Amorim; França, 2022).

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, alterou, significativamente, as regras previdenciárias no Brasil, estabelecendo novas disposições para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O artigo 40, §1º, define que a aposentadoria será concedida às mulheres com 62 anos e aos homens com 65 anos, condicionada a um tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens (Brasil, 2019). Essas mudanças transferem maior responsabilidade para o indivíduo em relação à sua aposentadoria (Silva; Papandrea; Moreira, 2024). Assim, embora a Constituição Federal de 1988 assegure o direito à previdência, o planejamento financeiro torna-se uma responsabilidade pessoal essencial em face das novas exigências e dos desafios cotidianos (Fan; Stebbins; Kim, 2022).

Com a reforma previdenciária, foram instituídas cinco regras de transição para trabalhadores já inseridos no mercado. A regra dos pontos exige 30 anos de contribuição e 92 pontos para mulheres, e 35 anos de contribuição e 102 pontos para homens. Outra regra combina idade mínima e tempo de contribuição: 30 anos e 59 anos de idade para mulheres, e 35 anos e 64 anos de idade para homens. A regra da idade mínima progressiva exige 62 anos e 15 anos de contribuição para mulheres, e 65 anos e 15 anos de contribuição para homens (INSS, 2025). Também foram criadas regras de pedágio: a de 50% requer que mulheres completem 30 anos de contribuição e homens 35, com acréscimo de metade do tempo faltante em novembro de 2019; já a de 100% exige idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, além da integralidade do tempo de contribuição faltante (INSS, 2025).

Além do RGPS, destaca-se a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), criada pela Lei nº 12.618/2012 para atender servidores

públicos federais. Atualmente, abrange mais de 118 mil servidores ativos (Brasil, 1988; Funpresp, 2025). Segundo Peres (2024, p. 4),

os argumentos utilizados pelo governo para sua aprovação, assim como todas as contra reformas realizadas, é a suposta existência de déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), necessidade de igualar aos benefícios do RPPS, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o equilíbrio das contas públicas.

O §2º do artigo 40 da Emenda Constitucional nº 103/2019 estabelece que “os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o §2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§14 a 16” (Brasil, 2019, art. 40). No ano de 2025, o teto previdenciário é de R\$ 8.157,41, após aumento de 4,77% em relação a 2024 (INSS, 2025). Entretanto, de acordo com a Lei nº 12.772/2012, um docente que ingressa como Professor Assistente I em regime de dedicação exclusiva com doutorado recebe R\$ 13.288,80 (Brasil, 2012). Isso demonstra que o teto previdenciário é inferior ao salário inicial da carreira docente, reforçando a necessidade de planejamento financeiro.

Em 2015, a Lei nº 13.183 modificou a Lei nº 12.618/2012, tornando automática a adesão ao FUNPRESP para servidores com remuneração acima do teto do INSS, cabendo ao servidor manifestar sua desistência (Rodrigues; Afonso, 2015). As decisões previdenciárias são fortemente influenciadas pela estrutura das opções disponíveis. Conforme Madrian e Shea (2001), a adesão automática a planos de aposentadoria eleva substancialmente a taxa de participação. O regime é de financiamento compartilhado: para cada R\$ 1,00 de contribuição do servidor, a União contribui com outro R\$ 1,00. Além disso, o servidor pode optar por diferentes alíquotas de contribuição e realizar aportes extras (Funpresp, 2025).

Essas transformações impactaram profundamente o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que passou a adotar modelo de capitalização individual, destinando contribuições a fundos de pensão sujeitos às variações do mercado financeiro, sem garantia plena de retorno (Peres, 2024). Nesse cenário, observa-se que o planejamento financeiro individual é fundamental para reduzir a dependência de sistemas previdenciários, sejam eles públicos ou privados (Görge, 2015). O autor ressalta ainda que a diversificação de investimentos é condição indispensável para assegurar uma renda sustentável no período da aposentadoria.

O arcabouço teórico sobre finanças comportamentais permite compreender que o desafio previdenciário brasileiro não é apenas institucional ou fiscal, mas também comportamental. As mudanças estruturais na previdência aumentam a responsabilidade individual. Porém, os indivíduos não tomam decisões financeiras de forma plenamente racional, mas operam sob racionalidade limitada (Simon, 1955). Conforme as finanças comportamentais, a racionalidade limitada pode comprometer o planejamento financeiro para a aposentadoria.

Laibson (1997) contribui para as finanças comportamentais ao tratar do desconto hiperbólico, conceito que explica a conduta do indivíduo ao valorizar recompensas imediatas em comparação a benefícios futuros. No contexto do planejamento para aposentadoria, essa conduta torna-se evidente, uma vez que poupar implica abdicar de consumo presente em troca de segurança financeira futura. Trata-se do viés do presente abordado por Laibson (1997) que estimula a procrastinação sistemática das decisões financeiras.

A literatura reforça que o desafio previdenciário não pode ser analisado apenas sob a ótica institucional ou informacional. O trabalho de Garcia (2011) faz uma revisão sobre a relação entre educação financeira e finanças comportamentais, argumentando que a informação, por si só, não garante

decisões financeiras ótimas, pois fatores psicológicos (como excesso de confiança, viés de confirmação e capacidade limitada de processamento) reduzem ou distorcem seu impacto. Diante das múltiplas regras previdenciárias, da ampliação das alternativas de investimento e da maior responsabilidade individual imposta pelas reformas, torna-se evidente que o planejamento da aposentadoria envolve não apenas conhecimento, mas também condicionantes comportamentais que podem comprometer escolhas consistentes (Garcia, 2011).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada quanto à natureza dos objetivos metodológicos como descritiva e quanto à abordagem como quantitativa. Optou-se pela análise descritiva visto que busca expor as características tanto de um fenômeno, quanto de uma população, a fim de determinar sua natureza e realizar a interpretação dos dados sem modificá-los (Gil, 2022). No que se refere à escolha por tal tipologia, esta pode ser definida, segundo Creswell e Creswell (2021, p. 42), como “um conjunto de construtos (ou variáveis latentes) inter-relacionadas que são transformados em proposições, ou hipótese em termos de magnitude e direção)”. Portanto, este estudo, busca-se quantificar e analisar os dados tendo-se em vista um resultado mais preciso.

Para identificar a percepção dos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal sobre o planejamento financeiro para a aposentadoria, utilizou-se o método de pesquisa *survey*, com corte transversal (*cross-sectional*). Conforme Babbie (1999), o *survey* é uma estratégia bastante comum nas ciências sociais para entender as características, as atitudes e os comportamentos de uma população, por meio da coleta padronizada de dados junto a uma amostra. Quanto ao delineamento transversal, a pesquisa consiste em coletar os dados em um único momento, o que permite criar um retrato das opiniões e percepções do grupo

naquele período específico (Babbie, 1999). O *survey* é útil para descrições quantitativas de forma sistemática e comparável, usando instrumentos estruturados que são aplicados de maneira uniforme aos participantes (Babbie, 1999). Dessa forma, a escolha metodológica mostrou-se coerente com o objetivo do estudo, que consistiu em identificar e descrever as percepções individuais dos docentes no período delimitado para a coleta de dados.

Quanto à técnica de coleta de dados, foram aplicados questionários do tipo estruturado, ou seja, constituído apenas de questões fechadas. O questionário foi composto de 29 questões, sendo 13 questões sobre caracterização e perfil dos docentes e 16 relacionadas ao planejamento financeiro para a aposentadoria. A aplicação desses questionários ocorreu por meio da ferramenta Google Forms, e foi disponibilizada a partir do dia 29 de abril de 2025 até o dia 27 de maio de 2025 para 895 docentes, que é o quantitativo total de professores da Instituição de Ensino Superior Pública Federal. A delimitação temporal de aplicação dos questionários buscou reduzir possíveis vieses decorrentes de mudanças institucionais, econômicas ou contextuais que pudessem influenciar as respostas dos participantes, preservando maior homogeneidade nas condições de coleta. Além disso, considerando que o público-alvo é composto por docentes com rotinas acadêmicas intensas, optou-se por um período concentrado de aplicação, a fim de minimizar perdas amostrais e garantir maior taxa de resposta dentro de um ciclo acadêmico regular.

A coleta de dados foi realizada mediante o envio dos questionários para o e-mail institucional dos docentes, sendo obtidas 219 respostas. Foram aptos para responder somente docentes que possuem vínculo ativo. O formulário foi configurado para permitir apenas uma resposta por conta institucional, reduzindo o risco de duplicidade. Para mitigar possíveis vieses de contaminação, adotaram-se procedimentos de validação dos dados, tais como:

- a) verificação de consistência interna das respostas;
- b) exclusão de questionários incompletos;
- c) análise do tempo médio de resposta para identificação de preenchimentos aleatórios ou automáticos e;
- d) conferência da elegibilidade dos participantes com base no vínculo ativo declarado.

Antes de efetuar a pesquisa, foram aplicados 4 (quatro) questionários pré-testes. A aplicação do pré-teste proporcionou apontamentos de melhorias que contribuíram para o enriquecimento da pesquisa. Logo, no que tange às informações quantitativas, estas foram analisadas por meio da estatística descritiva, ou seja, geradas pelo próprio Google Forms e organizados por meio do Excel em gráficos e tabelas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 PERFIL DOS DOCENTES

São apresentados nesta seção os resultados obtidos perante os questionários disponibilizados à amostra investigada, composta pelos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal. Todo resultado, além de descrito, foi apresentado de modo detalhado na tabela 1 – Perfil dos docentes. Consideraram-se como perfil dos docentes aquelas questões relacionadas à idade, ao sexo, ao estado civil, à probabilidade de ter filhos, formação em escola pública e privada, preparação para vestibular, escolaridade dos pais, idade de egresso no setor público e unidade acadêmica da qual participa.

Tabela 1 - Perfil dos docentes

INDICADOR	VARIÁVEL	%	QUANTIDADE
Faixa etária	20 a 30 anos	2,30%	5
	31 a 40 anos	36,50%	80
	41 a 50 anos	27,90%	61
	51 a 60 anos	21,50%	47
	61 a 70 anos	11,40%	25
	acima de 70 anos	0%	0
Gênero	masculino	60,30%	132
	feminino	39,70%	87
Estado civil	solteiro(a)	11,90%	26
	casado(a)/união estável	74,4%	163
	divorciado(a)/separado(a)	11,90%	26
	viúvo(a)	1,80%	4
Cursou o ensino fundamental	escola pública	61,20%	134
	escola privada	38,80%	85
Cursou o ensino médio	escola pública	48,90%	107
	escola privada	51,10%	112
Fez curso preparatório para vestibular	sim	58,90%	129
	não	41,10%	90

Nível de escolaridade do pai	não possui	2,30%	5
	ensino fundamental incompleto	23%	50
	ensino fundamental completo	10%	22
	ensino médio incompleto	4,60%	10
	ensino médio completo	13,70%	30
	curso técnico	3,20%	7
	graduação completa	24,70%	54
	pós graduação	6,40%	14
	mestrado	4,10%	9
	doutorado	8,20%	18
Nível de escolaridade da mãe	não possui	1,80%	4
	ensino fundamental incompleto	17,80%	39
	ensino fundamental completo	10,50%	10
	ensino médio incompleto	5,50%	12
	ensino médio completo	25,60%	56
	curso técnico	7,30%	16
	graduação completa	21,50%	47
	pós graduação	7,30%	16
	mestrado	1,80%	4
	doutorado	0,90%	2
Idade de ingresso no setor público	25 a 30 anos	47,90%	105
	31 a 35 anos	33,30%	73
	36 a 40 anos	18,70%	41
Vínculo atual como docente	visitante	0%	0
	substituto	1,80%	4
	efetivo	98,20%	215
Possui filhos	sim, um filho	35,20%	77
	sim, dois filhos	30,10%	66
	sim, três filhos	6,40%	14
	sim, três filhos ou mais	2,30%	5
	não possui	26%	57

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A tabela 1 mostra que a maioria dos professores está na faixa de idade de 31 a 40 anos (36,5% da amostra), sendo a dos 20 a 30 anos composta por 2,3%, 41 a 50 anos 27,3%, 51 a 60 anos 21,5%, 61 a 70 anos 11,4%. A pesquisa identificou que não possuem docentes ativos acima de 70 anos, e a maioria se encontra comprometida em relação ao seu estado civil, estando 74,4% dos professores casados ou em união estável. Quanto ao sexo, percebe-se que o gênero masculino é dominante na amostra, representando mais de 60% dos respondentes da universidade.

Em relação ao ensino, os dados coletados evidenciaram que 61,2% dos professores cursaram o ensino fundamental em escola pública. No ensino médio, a porcentagem caiu, chegando a 48,9% de docentes estudantes de escola pública; ou seja, 12,3% da amostra, que representa 27

professores, migraram para a escola de ensino privado durante o colegiado.

Após a análise da tabela 1, é possível identificar que 58,9% das pessoas da amostra realizaram curso preparatório para o vestibular e ainda, quando questionados sobre a escolaridade de seus pais, 70,3% e 74,9% dos respondentes afirmaram que as mães possuem nível fundamental, médio ou superior.

Os resultados evidenciam que os docentes ingressaram no setor público entre 25 e 35 anos, totalizando 81,2% da amostragem pesquisada. A vinculação à unidade acadêmica mostrou-se bem distribuída, tornando-se pertinente para a pesquisa, tendo em vista a oportunidade de explorar o vasto conhecimento em educação financeira e previdenciária dos participantes. Além disso, 98,2% dos entrevistados são professores permanentes, dado este que enfatiza a importância de conhecer mais sobre finanças, planejamento financeiro e planejamento financeiro para a aposentadoria, tendo em vista que são uma amostra que sente as consequências das diversas mudanças relacionadas à previdência.

Em síntese, o perfil da amostra dos docentes da Instituição de Ensino Superior Pública Federal é caracterizado por professores permanentes, do sexo masculino, na faixa etária de 31 a 50 anos, casados ou em união estável, com filhos, e que ingressaram no setor público entre 25 e 35 anos.

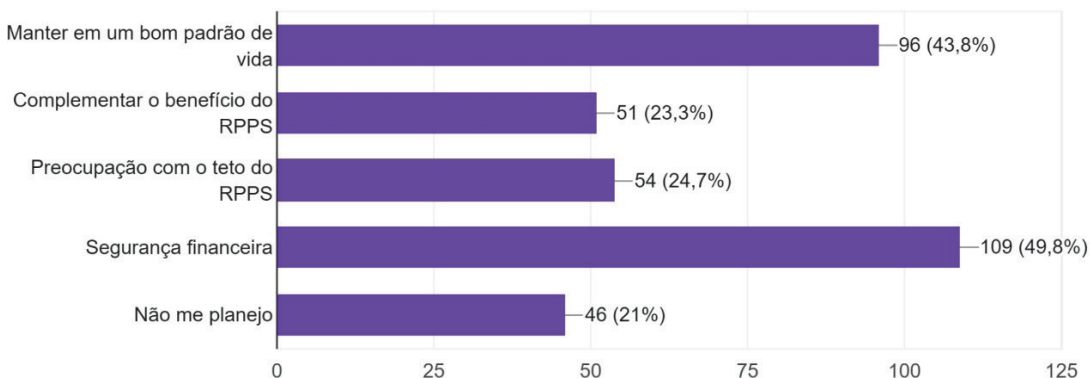
5.2 FATORES QUE MOTIVAM E QUE INIBEM A ADOÇÃO DE UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR COMO UM TIPO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA APOSENTADORIA

Considerou-se como aspectos que influenciam planejamento financeiro questões relacionadas à expectativa da vida financeira após os anos laborais, planejamento, renda, quantidade e faixa etária dos filhos. O gráfico 1 apresenta os fatores que influenciam no planejamento para aposentadoria.

Gráfico 1 - Fatores que influenciam no planejamento para aposentadoria

O que lhe influenciou a planejar financeiramente sua aposentadoria? (Pode assinalar mais de uma opção)

219 respostas



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Após análise do gráfico 1, observou-se que a maior preocupação dos entrevistados ao se planejar financeiramente para a aposentadoria é possuir segurança financeira e manter-se em um bom padrão de vida após seus anos laborais. Além disso, 24,7% dos docentes afirmam ter sido influenciados a se

planejar financeiramente devido à preocupação com o teto do RPPS, que, atualmente, como supracitado, se encontra menor que o salário inicial do Professor Assistente nível I, ou seja; quando um professor se aposenta, ele passa a receber um salário menor que o que lhe é remunerado ao ingressar no setor público no início de sua carreira. Somado a isso, 23,3% dos professores demonstram que outro fator influente na decisão de se planejar financeiramente para a aposentadoria é complementar o benefício do RPPS. Esta parcela significativa demonstra como as recentes mudanças previdenciárias, que, ao limitarem o valor pago pelo RPPS aos representantes da amostra, estão levando os docentes a terem um maior comprometimento com o planejamento financeiro individual para fins de aposentadoria. Logo, esse comportamento confirma o que dizem Almeida e Ribeiro (2024) ao abordarem que, de certa forma, o envelhecimento populacional pressiona o sistema previdenciário e, conseqüentemente, transfere a responsabilidade de aposentar-se para os cidadãos, exigindo do indivíduo que ele se prepare financeiramente para suprir as lacunas do estado. Contudo, 21% dos entrevistados ainda relatam que não existe influência devido ao fato de não se planejarem.

A tabela 2 apresenta os aspectos que influenciam o planejamento financeiro para a aposentadoria. Foram considerados indicadores como renda mensal, número de filhos como fator influente no planejamento financeiro para a aposentadoria, e os fatores que inibem a aderência a planos de investimento financeiro para fins de aposentadoria.

Tabela 2 - Aspectos que influenciaram o planejamento financeiro para a aposentadoria

INDICADOR	VARIÁVEL	%	QUANTIDADE
Renda mensal	até R\$ 5.000,00	0%	0
	de R\$ 5.000,00 A R\$ 10.000,00	10%	22
	de R\$ 10.000,00 a R\$ 15.000,00	52,50%	115
	de R\$15.000,00 a R\$ 20.000,00	22,80%	50
	de R\$ 20.000,00 a R\$ 25.000,00	11%	24
	acima de R\$ 25.000,00	3,70%	8
Número de filhos como fator influente no planejamento financeiro para a aposentadoria	sim	47,90%	105
	não	23,30%	51
	não se aplica	28,80%	63
Fatores que inibem a aderência a planos de investimento financeiro para fins de aposentadoria	renda insuficiente	11,40%	25
	falta de planejamento	8,70%	19
	falta de tempo	4,60%	10
	desinteresse	4,60%	10
	não se aplica	70,80%	155

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A tabela 2 mostra que 47,9% dos docentes afirmam que a quantidade de filhos foi um fator determinante na decisão de se planejar financeiramente. Isso, somado aos dados da tabela 3, que representam que a maioria da amostra possui conhecimento mediano sobre o tema, trazem à luz os argumentos de Lusardi e Mitchell (2011) e Fan, Stebbins e Kim (2022), os quais indagam que existem várias vertentes, como idade, educação, renda, entre outros, que são capazes de determinar o comportamento financeiro em relação à preparação para a aposentadoria. Entretanto, 52,1% dos docentes relatam que esta variável não influencia em tal decisão. Porém, a tabela 1 apresenta que 26% dos respondentes não possuem filhos, ou seja, a quantidade de filhos é um fator

decisivo para a maioria dos entrevistados quando escolheram se planejar financeiramente para a aposentadoria, tendo em vista que, de acordo com o gráfico 2, 61,7% dos filhos são menores de 16 anos, ou seja, ainda não atingiram sua maioridade.

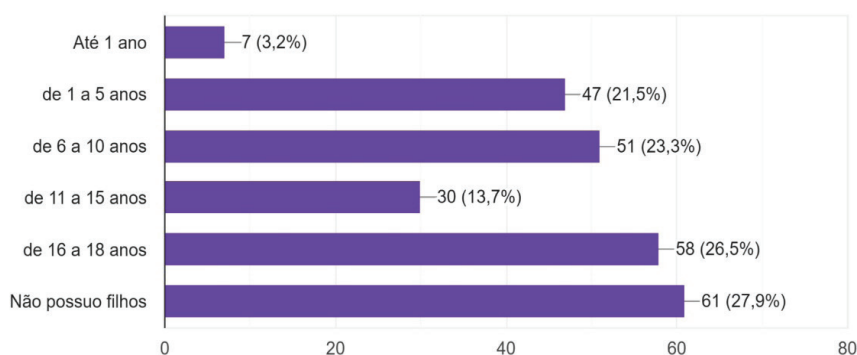
Em relação às alternativas listadas de inibição a um plano de previdência complementar e/ou investimento, 70,8% dos docentes relataram que nenhuma das alternativas apresentadas se aplica à decisão de se planejar ou não financeiramente para a aposentadoria; 11,4% alegaram renda insuficiente; 8,7% falta de planejamento; 4,6% falta de tempo e 4,6% desinteresse.

O gráfico 2 apresenta a faixa etária dos filhos da amostra que responderam ao questionário. Foram consideradas as idades de até 1 ano a 18 anos, e a opção para que não possui filhos também foi instaurada.

Gráfico 2 - Faixa etária dos filhos

Qual a faixa etária dos seus filhos? (Pode ser assinalada mais de uma opção)

219 respostas



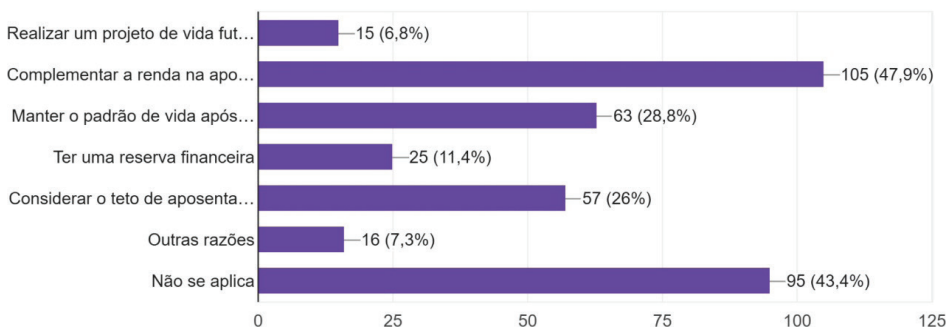
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O gráfico 3 apresenta os fatores que motivam a aderência a um plano de previdência complementar. Sendo assim, foram consideradas questões como realizar um projeto de vida, complementar a renda na aposentadoria, manter o padrão de vida após os anos laborais, ter uma reserva financeira, considerar baixo o teto de aposentadoria do INSS, entre outras razões, e não se aplica.

Gráfico 3 - Fatores que motivam a aderência a um plano de previdência complementar

Quais os principais motivos que levaram você a aderir um Plano de Previdência complementar? (Pode assinalar mais de uma opção)

219 respostas



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O gráfico 3 mostra que o total de 105 docentes, que representam 47,9% dos respondentes, relatam que adotaram um plano de previdência complementar influenciados pela esperança de complementar a renda para o período de descanso. O total de 28,8% relata que adotou um plano de previdência complementar para manter um bom padrão de vida. O total de 26% relata que adotou um plano de previdência complementar por considerar o teto de aposentadoria do INSS muito baixo. O total de 11,4% relata que adotou um plano de previdência complementar para ter uma reserva financeira. O total de 7,3% relata que adota um plano de previdência complementar por outras razões e 6,8%, para realizar um projeto de vida futuro. No entanto, 95 docentes, que representam 43,4% da amostra, alegaram que esses motivos não se aplicam à decisão de aderir um plano. Em suma, os resultados coletados evidenciaram que os principais fatores que motivam a adoção de um plano de previdência complementar como um tipo de planejamento financeiro para aposentadoria no caso estudado, são, em sua maioria, complementar a renda para o período de descanso, manter um bom padrão de vida após a aposentadoria e considerar o teto de aposentadoria do INSS com um valor muito baixo.

5.3 PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA

Considerou-se como percepção dos docentes a respeito do planejamento financeiro para aposentadoria questões como o nível de conhecimento sobre RGPS, RPPS, planejamento financeiro, aderência a investimentos, sistema previdenciário, finanças pessoais e fontes de renda.

A tabela 3 mostra a percepção dos docentes sobre planejamento financeiro para a aposentadoria. Foram consideradas questões como o nível de conhecimento sobre o sistema previdenciário brasileiro, nível de conhecimento para se aposentar pelas regras do RGPS, nível de conhecimento para se aposentar pelas regras do RPPS, se possuem um plano de previdência complementar; e se sim, que porcentagem da renda eles investem em previdência complementar. As alternativas para responder a estas questões foram organizadas em uma escala de 1 a 5 (sendo 1 = muito baixo e 5 = excelente).

Tabela 3 - Percepção dos docentes sobre planejamento financeiro para a aposentadoria

INDICADOR	VARIÁVEL	&	QUANTIDADE
Nível de conhecimento sobre o sistema previdenciário brasileiro	1 = muito baixo	12,80%	28
	2 = baixo	17,80%	39
	3 = médio	40,60%	89
	4 = muito bom	26,00%	57
	5 = excelente	2,70%	6
Nível de conhecimento sobre as regras para se aposentar pelo RGPS	1 = muito baixo	19,60%	46
	2 = baixo	24,20%	53
	3 = médio	32,90%	72
	4 = muito bom	20,50%	45
	5 = excelente	2,70%	6
Nível de conhecimento sobre as regras para se aposentar pelo RPPS	1 = muito baixo	26%	57
	2 = baixo	24,70%	54
	3 = médio	27,90%	61
	4 = muito bom	19,60%	43
	5 = excelente	1,80%	4

Possui plano de previdência complementar	sim	55,30%	121
	não	44,70%	98
Porcentagem de renda que investe em previdência complementar	até 5%	26,50%	58
	de 6% a 10%	23,70%	53
	de 11% a 15%	3,70%	8
	de 16% a 20%	0,00%	0
	não se aplica	45,70%	100

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A tabela 3 mostra que 40,6% dos participantes, que representam 89 docentes, possuem um conhecimento médio sobre o sistema previdenciário brasileiro; 12,8%, conhecimento muito baixo; 17,8%, baixo; 26%, muito bom e 2,7%, excelente. Em relação ao nível de conhecimento para se aposentar pelo RGPS, os níveis de conhecimento foram: 32,9% medianos; 24,2% baixo; 20,5% muito bom; 19,6% muito baixo e 2,7% excelente. No que concerne ao conhecimento sobre as regras para se aposentar por meio do RPPS, 27,9% dos representantes possuem conhecimento médio sobre o tema; 24,7%, baixo conhecimento; 26%, muito baixo; 19,6% muito bom e 1,8% excelente.

Após análise dos dados, percebe-se que 63,5% da amostra se planejam financeiramente para a aposentadoria. Ademais, com relação à adesão a um plano de previdência complementar, 53,3% dos integrantes da amostragem, que representam 121 pessoas, possuem um plano de previdência complementar. Portanto, esses dados validam o argumento dos autores Rooij, Lusardi e Alessie (2012), ao indagarem que a educação financeira é essencial para propiciar comportamentos de acúmulo de riqueza para a terceira idade. A partir disso, 26,5% dos representantes destinam 5% de sua renda ao planejamento financeiro para a aposentadoria; 23,7% investem de 6 a 10%; 3,7% de 11 a 15% e 45,7% das pessoas afirmaram que o quanto investem em previdência complementar não se aplica à questão. No entanto, 44,7%, que representa uma grande parcela dos docentes, ainda não possuem um plano desta magnitude.

A tabela 4 apresenta a percepção dos docentes sobre finanças pessoais e planejamento financeiro para a aposentadoria. Para captar esse entendimento, foram levantadas questões como o nível de conhecimento da amostra a respeito de finanças pessoais, se eles se planejam para a aposentadoria ou não, e se eles se preocupam em acumular recursos para o período pós-laboral.

Tabela 4 - Percepção dos docentes sobre finanças pessoais e planejamento financeiro para a aposentadoria

VARIÁVEL	INDICADORES	%	QUANTIDADE
Nível de conhecimento a respeito de finanças pessoais	1 = muito baixo	5,9%	13
	2 = baixo	11%	24
	3 = médio	35,20%	77
	4 = muito bom	36,10%	79
	5 = excelente	11,90%	26
Planejam-se financeiramente para a aposentadoria	sim	65,30%	143
	não	34,70%	76

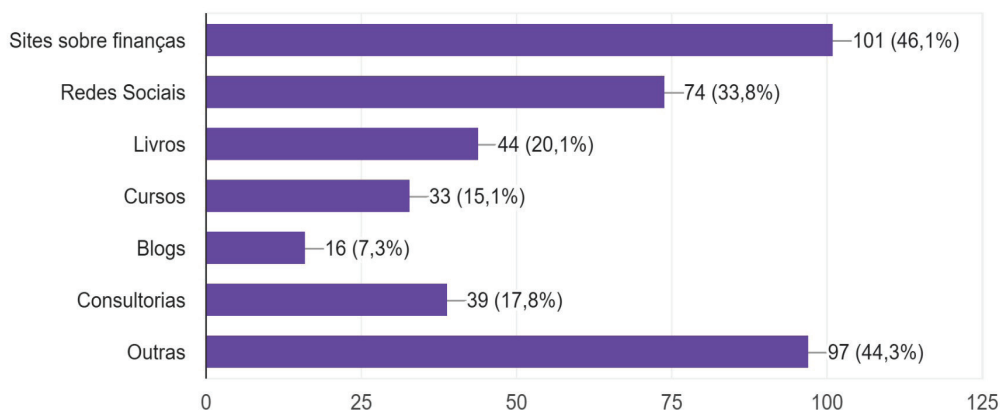
Preocupam-se em acumular recursos para o período pós-laboral	sim, já comecei a investir	41,10%	90
	sim, tenho um plano de previdência complementar	28,80%	63
	sim, mas ainda não comecei a investir	21,50%	47
	não me preocupo	8,70%	19

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No que tange às informações contidas na tabela 4, apenas 11,9% dos entrevistados possuem um excelente conhecimento sobre finanças pessoais, enquanto 71,3% dispõe de entendimento médio e 16,9% compreensão baixa. No que concerne a isso, de acordo com o gráfico 4, a maior parte do conhecimento dos docentes entrevistados, em relação a finanças, investimentos, previdência e ajuda no planejamento financeiro, vem de sites sobre finanças (46,1%), redes sociais (33,8%), livros (20,1%) e outros (44,3%).

Gráfico 4 - Fontes de conhecimento sobre previdência, finanças e planejamento financeiro
Quais são suas fontes de conhecimento a respeito da previdência, finanças, investimentos e ajuda para planejar sua aposentadoria? (Pode assinalar mais de uma opção)

219 respostas



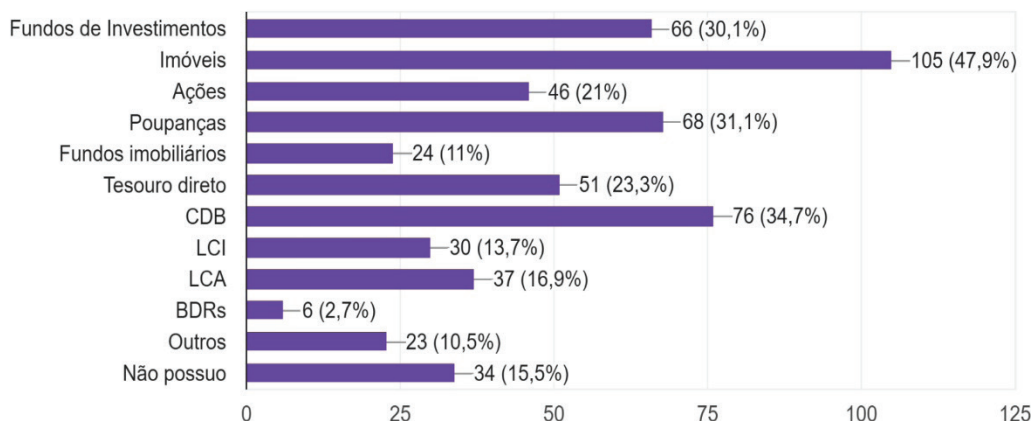
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No que se refere aos tipos de investimentos realizados pelos docentes, a análise foi organizada no gráfico 5, que apresenta 12 opções de respostas: fundos de investimento, imóveis, ações, poupanças, fundos imobiliários, tesouro direto, CDB, LCI, LCA, BDRs, outros e a alternativa não possui nenhum tipo de investimento.

Gráfico 5 - Tipos de investimentos

Que outros tipos de investimentos você possui? (Pode assinalar mais de uma opção)

219 respostas



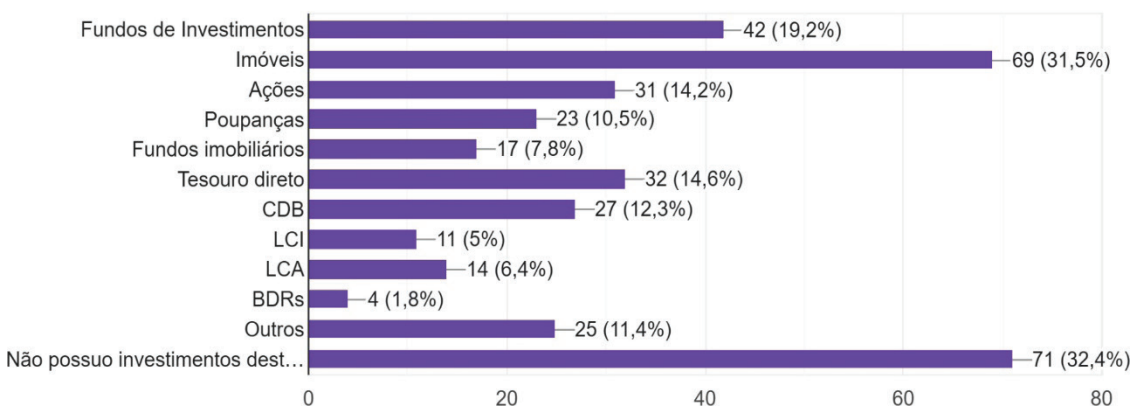
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em relação aos investimentos realizados pelos docentes, a análise dos dados (gráfico 5) evidencia que 69,9% já iniciaram alguma forma de aplicação financeira. Entre os tipos de investimentos mais recorrentes, destacam-se os imóveis, mencionados por 47,9% dos respondentes, seguidos por CDB (34,7%), poupança (31,1%), fundos de investimento (30,1%), tesouro direto (23,3%) e ações (21%). Em menor proporção, surgem a LCA (16,9%), a LCI (13,7%), os fundos imobiliários (11%), outros tipos não especificados (10,5%) e BDRs (2,7%). Por outro lado, 34 participantes (15,5%) declararam não possuir nenhum tipo de investimento, o que demonstra a existência de uma parcela significativa da amostra ainda afastada do mercado financeiro. Na sequência, o gráfico 6 apresenta quais desses investimentos são especificamente destinados ao planejamento financeiro para a aposentadoria.

Gráfico 6 - Investimentos destinados ao planejamento financeiro para a aposentadoria

A respeito dos investimentos assinalados acima, qual destes estão direcionados ao seu planejamento financeiro para a aposentadoria? (Pode assinalar mais de uma opção)

219 respostas



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

No que concerne à preocupação com o acúmulo de recursos financeiros destinados ao período pós-laboral, imóveis (31,5%), fundos de investimento (19,2%) e tesouro direto (14,6%) são os mais mencionados. Porém, 32,4% dos docentes não possuem investimentos destinados ao planejamento financeiro para a aposentadoria e 30,2% da amostra, que representa 66 docentes, ainda não começaram a investir e/ou não se importam com essa questão.

O conhecimento sólido sobre letramento financeiro e educação previdenciária é essencial para que se possa entender a necessidade de se planejar para ter uma velhice tranquila e confortável, assim como afirmam Amorim e França (2022). Entretanto, observa-se que o simples acesso à informação não é suficiente para garantir decisões previdenciárias adequadas. As reformas estruturais da previdência ampliaram, significativamente, a responsabilidade individual sobre a própria aposentadoria, transferindo ao trabalhador o ônus de avaliar regras complexas, estimar rendimentos futuros e definir estratégias de poupança e investimento. Conforme argumenta Simon (1955), os indivíduos operam sob racionalidade limitada, o que pode dificultar a compreensão das normas previdenciárias e comprometer o processo de tomada de decisão.

Os resultados apresentados reforçam o viés do presente, explicado pelo modelo de desconto hiperbólico de Laibson (1997). Conforme Laibson (1997), a postergação do planejamento financeiro para a aposentadoria acontece porque implica a renúncia ao consumo imediato em favor de um benefício futuro incerto. Além disso, Garcia (2011) mostra a influência de fatores psicológicos, como excesso de confiança e viés de confirmação, que levam o indivíduo a superestimar sua capacidade de poupança futura ou a subestimar riscos associados à insuficiência de renda na aposentadoria. Dessa forma, a responsabilidade individual pelo planejamento financeiro para a aposentadoria exige não apenas conhecimento técnico, mas também fatores comportamentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar a percepção dos docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal sobre planejamento financeiro para a aposentadoria. Para alcançar o objetivo, a pesquisa foi feita por meio de um questionário aplicado pelo Google Forms, sendo possível analisar os dados e descrevê-los.

Os resultados da pesquisa revelaram que o perfil predominante dos docentes da amostra são de professores permanentes, do sexo masculino, na faixa etária de 31 a 50 anos, casados ou em união estável, com filhos, e que ingressaram no setor público entre 25 e 35 anos. Além disso, a pesquisa apontou que uma das principais preocupações dos profissionais que planejam sua aposentadoria é manter o padrão de vida pós-aposentadoria, garantir segurança financeira e complementar o benefício do Regime de Previdência Social (RPPS), considerando o valor do teto previdenciário. Conclui-se que, embora os docentes estejam amparados por um regime próprio de previdência, seus conhecimentos sobre o sistema previdenciário brasileiro, especificamente o RGPS e o RPPS, são considerados medianos. Quanto às finanças pessoais, esses profissionais demonstram um nível um pouco mais elevado de conhecimento. A maioria, aproximadamente, 65,3%, afirma que realiza algum planejamento financeiro para a aposentadoria, e 55% investem em previdência complementar. No entanto, cerca de 30% da amostra não se planeja, não se preocupa ou não possui investimentos destinados à aposentadoria.

Contudo, ao identificar que parte significativa dos docentes realiza algum tipo de planejamento para a aposentadoria, mas que ainda há um contingente relevante que não se prepara adequadamente, a pesquisa evidencia lacunas importantes entre conhecimento, intenção e comportamento

efetivo. Dessa forma, esta pesquisa contribui para a compreensão de que o planejamento financeiro para a aposentadoria, à luz das finanças comportamentais, não se limita à informação, mas envolve questões comportamentais, como a racionalidade limitada, o viés do presente e a procrastinação.

Outra contribuição desse trabalho está na reflexão acerca de alterações nas legislações que regem o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a FUNPRESP. Dessa forma, o estudo reforça a relevância do planejamento financeiro para a aposentadoria como instrumento de preservação do padrão de vida no período pós-laboral, contribuindo para o debate sobre sustentabilidade financeira individual em um cenário de envelhecimento populacional e maior responsabilização do indivíduo sobre sua aposentadoria.

O estudo se limitou ao caráter descritivo na identificação da percepção dos docentes a respeito do planejamento financeiro para aposentadoria, sem o emprego de técnicas estatísticas que permitissem testar relações causais ou associações mais robustas entre as variáveis analisadas. Dessa forma, sugere-se como estudos futuros a aplicação de outras formas de análise de dados, como a análise fatorial exploratória para identificar dimensões latentes relacionadas ao comportamento do planejamento financeiro para a aposentadoria. Além disso, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, o que limita a profundidade das respostas e pode não captar integralmente aspectos subjetivos e comportamentais envolvidos nas decisões previdenciárias. Dessa forma, sugere-se como estudos futuros a realização de pesquisas qualitativas, como entrevistas em profundidade ou grupos focais, que permitam compreender, de maneira mais detalhada, os vieses cognitivos e as motivações subjacentes ao planejamento financeiro para a aposentadoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. R.; RIBEIRO, W. C. Planejamento Financeiro para Aposentadoria: Trabalhando com alunos do ensino fundamental sob as perspectivas do Viés da Ancoragem. **Sigmae, Alfenas**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 69-93, 2024.

AMORIM, S.; FRANÇA, P. Health, financial and social resources as mediators to the relationship between planning and satisfaction in retirement. **Current Psychology**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 567-580, 2022.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de Survey**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DIETRICH, J.; BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal para aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma

- instituição de ensino superior. **Revista Atena Editora**, [s. l.], v. 11, n. 1, p.11-14, 2016.
- DOMINGOS, R. A. **Terapia Financeira: realize seus sonhos com Educação Financeira**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.
- FAN, L.; STEBBINS, R.; KIM, K. T. Skint: Retirement? Financial hardship and retirement planning behaviors. **Journal of Family and Economic Issues**, [s. l.], v. 3, p. 1-14, 2022.
- FARRAR, S.; MOIZER, J.; LEAN, J.; HYDE, M. Gender, financial literacy, and preretirement planning in the UK. **Journal of Women & Aging**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 319-339, 2018.
- FRANCISCO, P.; FERREIRA, M. Planejamento financeiro da aposentadoria. Retirement Financial Planning, Área temática Finanças Pessoais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 32., 2019, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos [...]**. Ponta Grossa: Unicesumar, 2019.
- FUNPRESP. **Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo**. Brasília, DF: Funpresp, 2025.
- GARCIA, M. J. R. Financial education and behavioral finance: new insights into the role of information in financial decisions. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], p. 1-24, 2011.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Grupo Editora Nacional, 2022.
- GÖRGEN, R. **Planejamento financeiro para a aposentadoria**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade de Passo Fundo, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Passo Fundo, RS, 2015.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. **“Ajustes na idade mínima e nas regras de transição para pedir aposentadoria já estão em vigor, confira”**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/ajustes-na-idade-minima-e-nas-regras-de-transicao-para-pedir-aposentadoria-ja-estao-em-vigor-confira#:~:text=As%20normas%20v%C3%A3o%20alterar%20as,15%20anos%20para%2020%20anos>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- LAIBSON, D. Golden eggs and hyperbolic discounting. **Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 112, n. 2, p. 443-477, 1997.
- LOSADA, R. G.; NAVARRO, A. M.; SÁNCHEZ, J. L. R.; TORRES, T. G. Retirement planning and financial literacy, at the crossroads: a bibliometric analysis. **Finance Research Letters**, [s. l.], v. 44, n. 102109, p. 1-10, 2022.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 1-27, 2011.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The effect of prescription drug insurance on utilization and health among the elderly. **Journal of Monetary Economics**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 205-224, 2007.
- MADRIAN, B. C.; SHEA, D. F. The power of suggestion: inertia in 401(k) participation and savings behavior. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 116, n. 4, p. 1149-1187, 2001.
- PACHECO FILHO, C. Déficit da Previdência: a verdade que se encerra. **Indicadores Econômicos FEE**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 67-74, 2008.
- PEREIRA, R. S. **Motivadores e inibidores que influenciam na adesão dos jovens aos planos de previdência complementar patrocinados**. 2020. Dissertação (Mestrado

em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Negócios, Porto Alegre, 2020.

PERES, V. A. P. FUNPRESP: a privatização da previdência social dos servidores públicos federais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e-96281, 2024.

PINHEIRO, S. R. N.; MOURA, G. B. Marcos históricos da política pública de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], v. 147, n. 2, p. 1-20, 2024.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013.

RODRIGUES, D.; AFONSO, L. O impacto da criação da FUNPRESP sobre os benefícios previdenciários dos servidores públicos federais. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 995-1020, 2015.

ROOIJ, M. C. J.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. J. M. Financial literacy, retirement planning, and household wealth. **The Economic Journal**, [s. l.], v. 122, n. 560, p. 449-478, 2012.

SILVA, R. A.; PAPANDREA, D. J.; MOREIRA, D. R. Planejamento financeiro para a aposentadoria: um estudo com os discentes da Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha-MG. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 70-86, 2024.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES

Qual sua faixa etária?

- 20 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 51 a 60 anos
 61 a 70 anos
 Acima de 70 anos

Gênero

- Masculino
 Feminino

Qual seu estado civil?

- Solteiro (a)
 casado (a)/ união estável
 divorciado (a)/ separado (a)
 viúvo

Você cursou o ensino fundamental em escola Pública ou Privada?

- Escola pública
 Escola privada

Você cursou o ensino médio em escola Pública ou Privada?

- Escola pública
 Escola privada

Você fez algum curso preparatório para o vestibular?

- sim
 não

Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- Não tenho pai
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino Médio incompleto
 Ensino médio completo
 Curso técnico
 Graduação completa
 Pós-graduação
 Mestrado
 Doutorado

Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- Não tenho mãe
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino médio completo
- Curso técnico
- Graduação completa
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado

Com que idade você ingressou no setor público?

- 25 a 30
- 31 a 35
- 36 a 40

Qual o seu vínculo atual como professor?

- Visitante
- Substituto
- Efetivo

Possui filhos?

- Sim, um filho
- Sim, dois filhos
- Sim, três filhos
- Sim, três filhos ou mais
- Não possui

Qual a faixa etária dos seus filhos?

(Pode ser assinalada mais de uma opção)

- Até 1 ano
- de 1 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 18 anos
- Não possui filhos

Qual seu nível de conhecimento sobre o Sistema Previdenciário Brasileiro?

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = muito baixo e 5 = excelente.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Qual seu nível de conhecimento sobre as regras para se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS)?

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = muito baixo e 5 = excelente.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Qual seu nível de conhecimento sobre as regras para se aposentar pelo regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = muito baixo e 5 = excelente.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Qual sua renda mensal?

- Até R\$ 5.000,00
- de R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00
- de R\$ 10.000,01 a R\$ 15.000,00
- de R\$ 15.000,01 a R\$ 20.000,00
- de R\$ 20.000,01 a R\$ 25.000,00
- Acima de 25.000,00

Você possui um Plano de Previdência Complementar?

- sim
- não

Se a resposta anterior for SIM, quanto da sua renda você investe em previdência complementar?

- Até 5%
- de 6% a 10%
- de 11% a 15%
- de 16% a 20%
- Não se aplica

Quais os principais motivos que levaram você a aderir um Plano de Previdência complementar?

(Pode assinalar mais de uma opção)

- Realizar um projeto de vida futuro
- Complementar a renda na aposentadoria
- Manter o padrão de vida após a aposentadoria
- Ter uma reserva financeira
- Considerar o teto de aposentadoria do servidor público muito baixo
- Outras razões
- Não se aplica

Possui conhecimentos necessários sobre finanças pessoais?

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 = muito baixo e 5 = excelente.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Você se planeja financeiramente para a aposentadoria?

- sim
- não

Quais são as suas fontes de conhecimento a respeito da previdência, finanças, investimentos e ajuda para planejar sua aposentadoria?

(Pode assinalar mais de uma opção)

- Sites sobre finanças
- Redes Sociais
- Livros
- Cursos
- Blogs
- Consultorias
- Outras

Você se preocupa em acumular recursos para o período pós laboral?

- Sim, já comecei a investir
- Sim, tenho um plano de previdência complementar
- Sim, mais ainda não comecei a investir
- Não me preocupo

Que outros investimentos você possui?

(Pode assinalar mais de uma opção)

- Fundos de investimentos
- Imóveis
- Ações
- Poupanças
- Fundos imobiliários
- Tesouro direto
- CDB
- LCI
- LCA
- BDRs
- Outros

A respeito dos investimentos assinalados acima, qual destes estão direcionados ao seu planejamento financeiro para a aposentadoria?

(Pode assinalar mais de uma opção)

- Fundos de investimentos
- Imóveis
- Ações
- Poupanças
- Fundos imobiliários
- Tesouro direto
- CDB
- LCI
- LCA
- BDRs
- Não possuo investimentos destinados a aposentadoria

O que lhe influenciou a planejar financeiramente sua aposentadoria?

(Pode assinalar mais de uma opção)

- Manter um bom padrão de vida
- Complementar o benefício do RPPS
- Preocupação com o teto do RPPS
- Segurança financeira
- Não me planejo

Caso você tenha filhos, a quantidade de filhos é um fator influente no seu planejamento financeiro para a aposentadoria?

- Sim
- Não
- Não se aplica

Caso você não possua plano de previdência complementar e nenhum outro tipo de investimento financeiro para fins de aposentadoria, o que inibe você de possuir algum desses planos?

- Renda insuficiente
- Falta de planejamento
- Falta de tempo
- Desinteresse
- Não se aplica

Submetido: 9 dez. 2025

Aprovado: 4 mar. 2026